

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manoel Correa de. *Geografia, ciência da sociedade. Uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo, Atlas, 1987. p. 11-19 e 116-130
- BAILLY, A. (1984) "La géographie des représentations: espaces perçus et espaces vécus" idem, p. 133-138.
- BAILLY, Antoine e BEGUIN, Hubert. "La géographie humaine au passé et au présent". IN: *Introduction à la géographie humaine*. Paris: Masson S. A., 1990. p. 13-30.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. *As perspectivas dos estudos geográficos*. São Paulo: Difel, 1982. p. 11-36.
- CLAVAL, Paul "Histoire de la géographie" In: BAILLY, Antoine et al. *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Masson, 1984. p. 23-32.
- COSTA, Wanderley Messias da. "A geografia política clássica" IN: *Geografia política e geopolítica*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1992. cap. 2
- HUSSERL, E. Col. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- JAPIASSU, H. e MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- POCOCK, Douglas C.D. "La géographie humaniste" In: BAILLY, A. (coord.) *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Masson, 1984. p. 139-142.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec.
- WETTSTEIN, German. Introdução à ciência geográfica. Atualização e transformações recentes. IN: *Subdesenvolvimento e geografia*. São Paulo: Contexto, 1992. p. 7-19.

PSICOLOGIA NA ATUALIDADE*

Tania Mara Galli Fonseca

PROCURANDO UMA APROXIMAÇÃO

A liberdade de organização e da conveniência do enfoque que me foi concedida, impele-me a tornar relativamente clara a forma como eu mesma procurei entender a encomenda/convite.

A inserção do tema Psicologia na atualidade numa mesa-redonda chamada Relações Interdisciplinares revela que, hoje, a História cultiva o olhar relacional, e que este intento se torna suporte para a sua função social de auxiliar a compreender os processos do mundo dos homens. Outrossim, torna-se revelador de que, se a História conclama a Psicologia, é porque vê nela, como ciência, a possibilidade de falar dos sujeitos desta História, e de como os mesmos se constroem interativamente em espaços e tempos definidos.

Assim, não se trata aqui do exame de uma história sem sujeitos e de sujeitos sem história, bem como de uma visão de mundo social que caminha pelo tempo com seu destino fatalístico delineado, funcionando como interpelador dos agentes sociais que se deixam estruturar homogênea e passivamente em suas subjetividades.

Não se trata, ainda, da celebração do culto da liberdade subjetiva, uma vez ser conhecida a capacidade poderosa das organizações sociais em relação às estruturas mentais, e de sua capacidade estruturante daquilo que já está instituído e/ou a instituir. Os processos instituintes em verdadeira trama com os instituídos e vice-versa, engendrando, muitas vezes, em nome do novo, apenas modificações aparentes, que revelam regularidades que se colocam à serviço da reprodução cultural e social - a repetição do conhecido.

Não se trata, aqui, de uma História que concebe os processos

Tania Mara Galli Fonseca é professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
*Comunicação apresentada no Curso de Extensão História, hoje/CPG História/UFRGS/1993

instituintes são somente pautados pelo voluntarismo e pela centralidade dos sujeitos, desprezando o impensável, o inimaginável contido no processo histórico, visto, então, como plano racional, funcional, capaz de ser capturado, em sua totalidade, pela lógica do tempo causal, pela consciência e pela vontade dos homens.

Talvez se deva dizer que se trata de contar uma história que liberta da ilusão de liberdade e que, ao mesmo tempo, trata de reconhecer a irreducibilidade da existência social aos modelos que dela se possa fazer, sem permitir transformar a pluralidade dos mundos e de suas lógicas correspondentes em fundamento de um irracionalismo. Que se trata, enfim, de “não tomar as coisas da lógica como a lógica das coisas”, como disse Marx, mantendo-se o espírito imerso nas tensões do esforço para sair do objetivismo estruturalista sem cair no subjetivismo espontaneísta.

Parece justo que também, aqui, se defina que não se trata, ainda, de resolver os múltiplos dilemas inerentes ao pensamento complexo, o qual afastando-se da lógica do pensar polarizado, dos pares dicotômicos, ainda ele próprio, como forma de pensar, se debate internamente, com os mesmos dispositivos reguladores que necessita examinar. Tal pensamento se fará, na medida possível, presente nesta reflexão, mostrando-se condição necessária, embora não suficientemente instrumentalizada para o exame das questões que pretendo examinar a seguir.

Se até agora me permiti dizer algumas coisas a respeito deste próprio Seminário de História, da própria História e do espírito científico, também me parece importante reconhecer tais colocações como parte de uma certa necessidade de aproximação com este auditório, visto tratar-se de fato pouco comum este diálogo entre historiadores e psicólogos, o que cria certas expectativas, que julguei oportuno contrapesar, já de início, com alguns enquadramentos básicos.

SUBJETIVIDADE E HISTÓRIA

Este parece um bom título para início deste diálogo entre História e Psicologia. Parece, também, um motivo para reconhecer a importância das relações entre as disciplinas.

Falar de subjetividade e história é procurar mostrar como a subjetividade se constitui a partir de uma relação intrínseca com a temporalidade ou seja, com os modos de experimentação do tempo. Assim, subjetividade pode ser concebida como algo que se estende para além da própria idéia de indivíduo, estando atualizada no indivíduo,

mas não sendo individual, por ser compartilhada e se encontrar relacionada ao coletivo/ social. Ao ser atravessada pelo social, a subjetividade pressupõe o tempo. Isto é, ao estar exposta ao tempo, surge como escultura do próprio tempo. Tempo e corpos celebram o encontro através de modos de produzir a subjetivação. Processos, mais do que produtos acabados, exclusão da idéia de essência identitária a-temporal, modelação do espírito humano para que possa escutar o tempo e com ele construir o mundo.

Falar, contudo, do tempo de forma unívoca, seria desprezar todo aquele enfoque da física clássica, que traçou a cartografia do sujeito moderno, baseado nos conceitos de eternidade, determinismo, mecanicismo, reversibilidade, necessidade e ordem. Pensamento dominado pela idéia de equilíbrio e que, apesar de reconhecer as instabilidades, qualifica-as de negativas, como o caos, o avesso da ordem. Em outras palavras, e fazendo a correspondência, na subjetividade, de tal modelo mecanicista, significa pensar que “o sujeito se vê como essência identitária, uma ordem estável, inafetável pelo outro, igualmente entendido como tendo uma essência identitária” (Rolnik, 92, p.2). Ou seja, o outro é entendido como algo portador de destruição, como o que vem perturbar a ordem identitária, ameaçando-a de “estranhamento” e de transformações irreversíveis. A partir da vivência de si mesmo, como habitante de uma morada sólida e inabalável, que não pode ser tomada de estranhamento, é capaz de instituir, no sujeito, a tutela do terror às possíveis rupturas de sentido de sua suposta identidade. Capaz, em consequência, da apreensão do mundo como uma “produção de homogeneidade, um mundo igual a si mesmo” (Rolnik, 1992, p.4). Capaz, ainda, com fins de proteger-se e defender-se, de procurar nomear e caracterizar como desviante tudo o que possa estar vinculado às possíveis ameaças desintegradoras.

Tais sentidos, por sua vez, encontram-se, igualmente, tramando grande parte da trajetória da história da Psicologia como ciência, mostrando-a como “braço científico” importante na consolidação da ordem social vigente, indicando-a como instrumento e efeito das necessidades (...) de *selecionar, orientar, adaptar e racionalizar* (...), colocando-a *pari passu* com a ideologia política dominante a cada momento, num mundo industrial oligárquico. Nestas condições, abre caminho para colocar-se a serviço da ideologia adaptacionista como concepção norteadora (Patto, 1984). Melhor ainda o disse Foucault (1977, p.15), quando denomina a Psicologia de ortopedia moral, ao analisar, em *Vigiar e punir*, o desaparecimento do corpo como alvo principal da repressão penal. Diz

ele: "O essencial da pena que nós, juízes, inflingimos, não creais que consista em punir; o essencial é procurar corrigir, reeducar, "curar"; (...). Existe na justiça moderna e entre aqueles que a distribuem uma vergonha de punir, que nem sempre exclui o zelo; ela aumenta constantemente: sobre esta chaga pilulam os psicólogos (...)". Penalidades incorpóreas e uma nova moral de punir associada a um complexo científico-judiciário no qual o poder de punir se apóia, recebe suas justificações e suas regras.- "E a sentença que condena ou absolve não é simplesmente um julgamento de culpa...; ela implica uma apreciação de normalidade e uma prescrição técnica para a normalização possível" (Foucault, 1977,p.24).

Nesse termos, a Psicologia comparece como dispositivo científico, cujas práticas se circunscrevem a prever e controlar, selecionar e orientar, visando o reajustamento das condutas desadaptadas, sem questionar o que Foucault denomina de regime de verdade. E o faz, fundada em duas fontes nas quais bebeu ao definir seu objeto: "de um lado, a biologia, da qual empresta os conceitos de adaptação, organismo, estímulo e meio: de outro, as ciências físico-matemáticas, que lhe fornecem um aparato de observação e quantificação que supostamente garante sua objetividade" (Patto, 1984). Com esta orientação, estabelece-se uma Psicologia que, ao colocar-se a serviço do social, naturaliza-o, isto é, justifica suas desigualdades, através da teoria dos talentos e dons individuais, assim legitimando os méritos e fracassos dos sujeitos sociais. Ao descontextualizar os sujeitos e atribuir-lhes uma essência universalista e abstrata, incorpórea, constitui-se antes de mais nada em ciência normativa, definidora de padrões de normalidade e de expectativas e como construtora de instrumentais capazes de objetivar cientificamente a mente humana, desde as suas mais profundas e desconhecidas pulsões.

Assim, por exemplo, torna-se, nas empresas, a guardiã contra os indivíduos que classifica como inaptos à produção e à sua ideologia, sendo capaz, desta forma, de decidir a respeito de quem merece trabalhar, como de quem merece a exclusão.

Por outro lado, nas escolas, não se processa diferentemente. Na escola concebida como lugar privilegiado do humanismo, do aluno com centro do processo educativo, a Psicologia igualmente pode tornar-se capaz de indicar e de classificar, através de seus instrumentos, as mentes que julga bem dotadas como aquelas que julga privadas de recursos, com isso hierarquizando o contingente de estudantes, em "superiores e inferiores", subsidiando a ação pedagógica para que não questione a si própria como incapaz de acolher os processos de construção do sujeito epistêmico.

E, também, no seu ramo de aplicação clínica, a Psicologia tradicional se revela discutível, uma vez que apresenta a tendência a subtrair o sujeito do seu mundo concreto, reduzindo sua compreensão ao conjunto de relações instituídas nos romances familiares vivenciados na infância. De outro lado, sua função terapêutica, isto é, a de "curar", nem sempre é exercida dentro de um espírito que permita questionar as próprias concepções de saúde/doença, que orientam a conduta terapêutica. Nestas condições, também a Psicologia Clínica pode ser exercida como instrumento normalizador, que ao "curar", se coloca a serviço da adaptabilidade dos sujeitos ao mundo, sem que coloque este mesmo mundo em questão. A Clínica, nestas condições, pode exercer-se, portanto, desde um lugar de re-educação dos que classifica como desviantes, em direção à sua conformação ao social.

Assim, ao responsabilizar o sujeito, seus dons e talentos pessoais, esta Psicologia acadêmica tradicional, que é tão aplaudida pela sociedade, descola o sujeito do mundo e o mundo do sujeito. Constrói, nestas dicotomias, poderosas explicações e racionalizações, que funcionam como fontes da socialização humana, e torna-se até capaz de transformar em culpa/culposos/culpado aquilo e aqueles que sua lógica não permite pensar. A Psicologia, nestes termos, é capaz de re-alimentar a crença de que a miséria é justa para quem não tem dons e que o fracasso provém do sujeito devido às suas insuficiências, tão somente. Teorias justificatórias para a ordem social vigente, teorias acusatórias e culpabilizantes para os sujeitos sociais que, na experiência de viver, ao se encontrarem com as intrínsecas exigências de tal processo, constroem a crença resignada de que são eles próprios os únicos responsáveis pelas condições de suas existências.

Agora, deslocando tais concepções para o plano da subjetividade, no que diz respeito ao sujeito moderno, que é construído por todas estas forças sociais legitimadas pela ciência, observa-se que ele, sujeito, ape-la para ensurdecer seu próprio corpo ao estranho, inclusive àquele que o habita. Assim, para manter a ilusão de um igual a si mesmo, para manter-se fiel ao compromisso tácito com a reprodução, ele silencia a si e a tudo que se possa introduzir em seu território existencial como linhas de possibilidades. Ele se esforça por construir o olhar "correto" sobre o mundo, para estar sempre pronto e disposto para corrigir os possíveis desvios e/ou com eles se culpabilizar. Parece não reconhecer o movimento do tempo com vistas a poupar-se da afetabilidade de seus fluxos. Procura escapar da complexidade do irreversível, cultuando o eterno retorno, concebendo a história, portanto, como processo linear, causal e

evolucionista. Em última análise, uma visão conclusiva do mundo, por que pensa apenas sobre o já pensado. Constitui, desta forma, um mundo sem perspectivas, concebido como destino; um mundo onde não há lugar para o erro e para a incerteza; um mundo, portanto, que ao expulsar a própria condição humana, se limita a assistir a morte da história e do próprio sujeito.

A AGONIA

Tentei neste trecho colocar alguns pontos para a reflexão sobre Subjetividade e História. Posso ter me tornado rigorosa com minha própria disciplina, a Psicologia, o que, contudo, não me conduz a nenhuma atitude pessimista, uma vez estar ciente de que, como ciência humana bebeu das mesmas fontes epistemológicas que outras, suas afins. Despolitizou-se e construiu conceitos desistoricizados, desligados da problemática da formação das classes e da natureza do Estado moderno; homogeneizou a "natureza humana" tornando-a abstrata e universal; essencializou o processo de tornar-se humano, prevendo-lhe um desenvolvimento determinado, com vistas a garantir o desvelamento de um núcleo essencial de dons e talentos individuais, cujo desenvolvimento e apogeu se encontraria diretamente associado aos esforços dos sujeitos em busca de sua realização -(realizar-se, aqui, significaria auto-realizar as profecias sociais, através da assunção de papéis e atribuições previstos como normais e esperados). Tratou das diferenças individuais através das estatísticas, podendo, assim, classificar os sujeitos, agora como massas, em hierarquias de valor e de méritos. Cultivou a neutralidade, como expressão de sua concepção da separação entre sujeito e mundo, erigindo para a formação do psicólogo, como atitude muito desejável, o chamado equilíbrio emocional, muitas vezes, confundido, com negação das emoções e desprezo ao não racional.

Não, eu não poderia omitir estas colocações...

Também não devo omitir que, hoje, na atualidade, percebe-se algo, nelas, em agonia...

Algo que diz de uma outra ordem não igual a equilíbrio. Uma ordem que se situa longe da idéia de completude e que, ao contrário, é capaz de acolher a finitude dos significados. Não se atém aos limites dados, sendo capaz de se angustiar com as possibilidades do ilimitado, o qual é intrínseco ao processo de subjetivação. Percebe-se em agonia, algo que, ao fazer reconhecer a morte, aponta para a inesgotabilidade da

vida. Vida onde o silêncio e o invisível tem voz e, na qual o acaso, a dúvida, a incerteza constituem-se como pontes entre passado e futuro, possibilitando compreender a História como processo de criação.

Estas últimas idéias, expressariam mais desejos do que possibilidades?

Poder pensar sobre isso torna inevitável uma espécie de alegria frente à perspectiva de se construir ou reconstruir a Psicologia e outras ciências afins, a partir de concepções outras que não visualizem como negativo o caos, mas ao contrário, o incorporem à processualidade intrínseca do mundo.

Uma ciência que, ao invés de preparar ideais pré-moldados, produz nos sujeitos a capacidade de se interessarem por práticas nômades, em territórios pretensamente exauridos e conhecidos. Territórios estes, que podem estar à espera de novos olhares, para que sejam vistos da mesma forma como a de alguém que retorna à sua terra natal após longos anos de separação. Uma ciência que possibilite reinventar sentidos, uma vez que se deixe afectar pelo estranho, isto é, pelo novo dentro do conhecido, podendo inaugurar a abertura do espírito para aceitar o caráter irreversível das transformações, ao mesmo tempo que se permite manter-se à escuta de vozes de longa duração.

Ao final desta exposição, convido a que nos reportemos às tantas vezes em que são utilizadas expressões do tipo: - "*Isto não é do meu tempo!*", "*No meu tempo era diferente!*"

Que significados poderão estar presentes em tais formulações? Que poderiam elas nos revelar a respeito dos modos de experimentação do tempo e de como tais experimentações definem limites ao próprio sujeito?

Por último, gostaria de agradecer a oportunidade que este convite me propicia de estar aqui e de estabelecer esta interlocução, como a de parabenizar os organizadores do evento que, com tal iniciativa, afirmam, através desta prática universitária, a sua própria sintonia com os dilemas de nosso tempo.

BIBLIOGRAFIA

- ROLNIK, Suely. "*Subjetividade e história*". Instituto Sedes Sapientiae, S. Paulo: 1992. (mimeo.)
FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
PATTO, Maria Helena. *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo: Quicirós, 1984.